

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

INTERFACE ENTRE O ESTUDO DAS REDES E AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

JOSÉ QUEIROZ DE MIRANDA NETO (UFPA)

Interface entre o Estudo das Redes e as Teorias de Desenvolvimento Regional

Resumo

As teorias clássicas de desenvolvimento regional pautavam-se na distância enquanto variável fundamental para desenvolver seus estudos. O espaço era considerado enquanto mera extensão geométrica, induzindo a produção de cálculos econômicos visando estabelecer uma relação de desenvolvimento inversamente proporcional à distância em relação a determinados centros ou aglomerações de dinamismo econômico superior. Contudo, nas últimas décadas do século XX as transformações de ordem política, econômica e tecnológica fizeram cair por terra muitas dessas formulações em favor de teorias que pudessem explicar as relações mais complexas e dinâmicas proeminentes na transição do milênio. A partir de então, emergem alguns estudos que buscam compreender como a construção de uma “rede de atores sociais” promove um desenvolvimento com maior distribuição de funções ao longo do espaço. Nesse novo contexto, faz-se necessária, então, a imbricação entre redes geográficas, redes políticas (ou territoriais) e redes econômicas ou institucionais como fundamento para as novas incursões teóricas a serem desenvolvidas no contexto competitivo-cooperativo da globalização.

Introdução

Há muito tempo o espaço vem sendo objeto de inúmeras políticas de planejamento por parte dos grupos políticos e econômicos que o habitam, o gerenciam e a ele imprimem variadas lógicas de poder e de acumulação de riquezas. Muitas dessas políticas foram baseadas em formulações teóricas com intuito de entender as implicações econômicas dos aspectos de ordem espacial, tais como rendimentos variáveis da terra em função da distância e das demais condições ambientais do terreno. Diversas teorias econômicas tentaram visualizar este aspecto através da formulação de cálculos cuja variável fundamental pautava-se na distância entre as áreas de maior dinamismo econômico e suas adjacências. Essa preocupação é evidente desde as fases mais remotas da acumulação capitalista, onde se destacam importantes pensadores como Adam Smith, David Ricardo e Alfred Marshall entre os séculos XVIII e XIX. Nas primeiras décadas do século derradeiro foram desenvolvidas as principais teorias de desenvolvimento econômico com base na localização, dentre as quais se pode destacar a teoria do “Estado isolado” de von Thünen, a teoria da “localização industrial” de Weber e a teoria dos “lugares centrais” de Christaller, que fundamentaram as formulações de François Perroux sobre os “Pólos de Crescimento” a partir da década de 50, onde se tinha como base fundamental os fatores de aglomeração industrial.

Contudo, nas últimas décadas do século XX as transformações de ordem política, econômica e tecnológica fizeram cair por terra muitas dessas formulações a favor de teorias que pudessem explicar as relações mais complexas e dinâmicas proeminentes na transição do milênio. A partir de então emergem alguns estudos que buscam compreender como a construção de uma “rede de atores sociais” promove um desenvolvimento com maior distribuição de funções ao longo do espaço, a despeito da teoria dos “distritos industriais” e dos “ambientes inovadores”. As formulações sobre a distribuição espacial das cidades também foram alteradas, uma vez que os níveis hierárquicos dos centros urbanos começaram a ser entendidos a partir da lógica da rede, produzindo campos de relações mais complexos e diversificados entre os diferentes núcleos de concentração industrial e populacional.

Este artigo começa resgatando as principais teorias de desenvolvimento como base na localização, com intuito de entender que muitas dessas incursões se tornam extremamente limitadas se considerado o conteúdo das novas relações entre os centros urbanos e entre os atores sociais na atualidade. Este será objeto da primeira parte do trabalho. A seguir será feito

um apanhado das transformações que se processaram nos aspectos de ordem política e econômica e na própria compreensão das relações espaciais, mostrando como algumas teorias econômicas passam a visualizar esta mudança a partir da interface entre seus postulados científicos e a categoria da “rede”. Nas considerações finais far-se-á uma pequena síntese deste estudo, indicando que a compreensão dos novos ambientes econômicos evidentes a partir da globalização passa pela imbricação necessária entre “redes geográficas”, “redes políticas” e “redes econômicas ou institucionais”.

1. As Teorias Clássicas de Localização e os Estudos Regionais

Antes de adentrar nos aspectos específicos do tema proposto, faz-se necessário interpor alguns parâmetros das teorias clássicas sobre o desenvolvimento regional com base na localização. Vale ressaltar que tais estudos abriram possibilidades para muitas formulações teóricas na Geografia, principalmente no âmbito da Geografia Econômica, pelas quais foi possível buscar explicações no sentido de desvendar os rebatimentos econômicos dos aspectos de natureza espacial, não raro pela utilização da linguagem matemática. Retomando algumas dessas teorias, será possível corporificar com maior ênfase a análise posterior sobre a importância do estudo das redes nas teorias de desenvolvimento regional.

As teorias clássicas de localização pautavam-se na distância enquanto variável fundamental para desenvolver seus estudos. A distância era considerada em termos absolutos, ou seja, a partir da extensão geométrica do espaço, induzindo a produção de cálculos econômicos os mais variados visando estabelecer uma relação de desenvolvimento inversamente proporcional à distância em relação a determinados centros ou aglomerações de dinamismo econômico superior. A partir da década de 50 essas teorias passaram a inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional, como no caso do Brasil, onde as formulações centro-periferia baseados nas teorias clássicas de localização pautaram muitas das políticas de desenvolvimento viabilizadas pelo Estado nesse contexto, principalmente no que concerne a teoria dos pólos de crescimento de François Perroux.

Uma das primeiras formulações que deram base aos estudos da economia espacial foi viabilizada por Johan von Thünen (1780-1850) denominada teoria do Estado isolado. Trata-se de uma formulação matemática que permite “determinar o ponto de maximização da

renda da terra em diferentes localizações em condições de mercado levando em consideração os custos de transporte” (CAVALCANTE, 2003). Na medida em que houvesse o afastamento da cidade (onde estaria concentrado o mercado) a terra seria usada para produtos cujos custos de transporte fossem menores, formando círculos concêntricos em torno da mesma. Contudo, o autor baseou-se numa formulação ideal onde se partia da homogeneização das condições naturais e tecnológicas e do rendimento constante da terra, além da uniformidade do transporte em todo espaço geográfico e da existência de um mercado consumidor localizado no centro de um estado isolado de forma circular. Trata-se, portanto, de uma tipologia que não pode ser verificada na vida prática, uma vez que a produção agrícola não pode ser distribuída de maneira uniforme no espaço e, além disso, são desconsiderados os fatores de ordem tecnológica.

Mais de 80 anos após a publicação de “O Estado isolado”, o economista alemão Alfred Weber (1868-1958) publicou o seu livro “Sobre a localização de Indústrias” (*Über den Standort der Industrien*) admitindo que a decisão quanto a localização de atividades industriais decorreria dos custos de transporte e de mão-de-obra (visando minimizá-los) e das chamadas forças de aglomeração e desaglomeração (Ibidem, p. 9). Ponderando-se os custos de transporte da matéria prima, da localização da força de trabalho e mercado consumidor seria possível estabelecer uma localização “ótima” para a atividade industrial. No entanto, ressalta-se que Weber trabalha muitos desses fatores como estáticos, não considerando a mobilidade espacial da mão-de-obra e, não diferente de von Thünen, utiliza modelos que se apóiam num conjunto de premissas que dificilmente poderiam ser encontradas no mundo real. Contudo, não há como negar o pioneirismo das formulações Weber quanto aos padrões de localização espacial das indústrias, as quais deram base às muitos dos princípios da economia espacial produzidos nas décadas subseqüentes.

As redes passam a ter maior visibilidade nos estudos sobre a economia espacial a partir das formulações do geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1969) em sua obra “Os lugares centrais no sul da Alemanha” (*Die zentralen Orte in Süddeutschland*) e também dos modelos atribuídos a Auguste Lösch (1906-1945) em “A ordem espacial da economia” (*Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*). Christaller (1933) procura as leis que determinam o número, o tamanho e a distribuição das cidades a partir da chamada “teoria dos lugares centrais”, onde as cidades que distribuem bens e serviços para a região no seu entorno seriam verdadeiros nódulos de uma rede de cidades (os lugares centrais), definindo uma hierarquia entre centros e subcentros. Nessa visão, “os espaços econômicos tenderiam a se organizar segundo o princípio da centralidade; isso é possível hierarquizando-se as diversas regiões

econômicas de acordo com sua posição numa rede de interdependência envolvendo várias localidades” (MENEGETTI NETO, 2005, p. 81). Através de seus estudos sobre a distribuição espacial das cidades no sul da Alemanha, Christaller percebeu que elas eram eqüidistantes entre si, levando-o a desenvolver uma teoria que explicasse essa lógica espacial a partir dos conceitos de “limiar” (nível mínimo de demanda) e de “alcance” (abrangência de um bem ou serviço ponderando a maior distância que uma população se dispõe a percorrer para adquirir esse bem). Assim, quanto maiores o limiar e o alcance menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo. Enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico superior para as demais, Lösch (1954) decidiu desenvolver sua teoria em sentido inverso, das cidades menores induzindo áreas de mercado maiores, obtendo-se um número maior de redes. Ambas as teorias influenciam sobremaneira as análises da economia espacial nas décadas seguintes, inclusive dando base a alguns programas de planejamento governamental na Europa e nos EUA e, com freqüência, induziram algumas políticas públicas na América Latina e nas demais regiões subdesenvolvidas do globo.

Os pressupostos básicos empregados por von Thüner e Weber são igualmente utilizados tanto por Christaller quanto por Lösch, sendo que, segundo Cruz (2000, apud CAVALCANTE, 2003, p. 11) “a idéia descritiva predominante nessa teoria é a de que as cidades centrais constituem nódulos de uma grande rede de cidades e uma mão invisível fará com que os centros mais importantes sejam hierarquicamente superiores”. Tal concepção permite que se estabeleça uma crítica contundente a essas formulações, uma vez que é desconsiderado o peso das ações estatais sobre a organização espacial, fazendo da teoria dos lugares centrais muito mais um estudo descritivo (baseado na topologia dos centros) que uma real explicação dos fenômenos espaciais. Segundo Egler (1995) “o poder explicativo da teoria dos lugares centrais é bastante limitado e estático, sendo incapaz de dar conta das diversas situações no tempo e no espaço”.

A partir dos anos 50 começam a ser desenvolvidas formulações teóricas que enfatizam muito mais os fatores de aglomeração industrial, em oposição às teorias de localização desenvolvidas até então. Nesse contexto se destaca a teoria dos pólos de crescimento proposta pelo economista francês François Perroux (1903-1987), com uma grande influência de Schumpeter (1911) em suas formulações, principalmente no que concerne ao papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista. Segundo Perroux, o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, “mas manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1955 apud CAVALCANTE,

2003). O grande nódulo desse aglomerado de desenvolvimento seria constituído pelas chamadas indústrias motrizes, as quais possuem a propriedade de aumentar em cadeia as vendas e as compras de outras empresas, induzindo um crescimento que pode ser atribuído a suas relações com as indústrias movidas.

Pela primeira vez atribuiu-se um papel substancial às ações estatais, segundo Egler (1995, p. 5) “as relações entre Estado, grande empresa e território encontraram em Perroux um de seus mais importantes analistas, não apenas pela originalidade de suas concepções, mas também pelo efeito que produziram sobre os formuladores de políticas regionais”. Em sua formulação, Perroux afirma que o espaço da economia nacional constitui um domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos, submetido a um campo de forças onde a nação pode se comportar "ou como um lugar de passagem destas forças ou como um conjunto de centros ou pólos de onde emanam ou convergem algumas delas" (PERROUX, 1961, p. 114).

Na América Latina, a concepção perrouxiana dos pólos de crescimento encontrou terreno fértil no planejamento do período autoritário posterior à Revolução Cubana. “A polarização foi o instrumento preferencial para promover a integração econômica dos mercados nacionais em vários países latino-americanos” (EGLER, 1995, p. 7). No Brasil, a utilização dos pólos de crescimento se deu em escalas variadas, atingindo o nível sub-regional, mostrando a carga autoritária do poder central mobilizado por fatores de ordem exógena. Contudo, à medida que as políticas governamentais acentuavam sua carga ideológica pela importação de modelos externos, não foram raras as críticas atribuídas a esses programas de desenvolvimento, em especial as formuladas por Milton Santos em “Economia Espacial” (SANTOS, 1979), onde afirma categoricamente que

Existem muitos exemplos da contribuição da ciência regional, da geografia e do planejamento regional para a difusão do capital; é o caso da popularização de teorias tais como a dos lugares centrais, a dos pólos de crescimento, a da descentralização e desconcentração espacial das grandes cidades, a da industrialização deliberada e descentralização concentrada. (p. 21)

Milton Santos estava se referindo, mais especificadamente, a adoção de modelos gerais produzidos em países desenvolvidos que em nada contribuíam para o desenvolvimento dos países mais pobres, pelo contrário, conduziam tais países às práticas capitalistas de localização espacial e marginalização socioeconômica gerando um ciclo de dependência vicioso. Segundo o autor, tal lógica poderia ser considerada uma investida ideológica com intuito de desconsiderar o empenho intelectual dos países periféricos quanto as suas práticas

de planejamento regional e, ao mesmo tempo, gerar uma “totalidade do diabo” capaz de difundir o capital e mudar as estruturas sociais nesses países em favor de desígnios capitalistas de ordem global.

De um modo geral, foram muitas as críticas, ainda nos anos 70, aos pólos de crescimento de Perroux, a principal delas baseava-se no fato de que as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas nesse conceito haviam, em sua maioria, falhado, “pois as indústrias motrizes não teriam sido capazes de difundir inovações para as demais” (CAVALCANTE, 2003. p. 15).

Com intuito de contribuir para uma idéia posterior sobre o papel das redes no desenvolvimento regional, é possível tecer algumas considerações sobre as teorias clássicas de planejamento com base espacial, a saber:

(i) As teorias que privilegiaram a distância como variável fundamental para desenvolverem formulações econômicas de base espacial, além de produzirem tipos ideais que pouco se equiparavam à realidade, desconsideraram os fatores de ordem tecnológica que poderiam influir decisivamente no preço dos bens e serviços em dada região.

(ii) As teorias baseadas nos fatores de aglomeração, tais como as de pólos de crescimento, apesar de adotadas em muitos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, falharam pela incapacidade de difusão de inovações por parte das indústrias motrizes em seu respectivo raio de ação. Nos países subdesenvolvidos geraram, pelo contrário, grandes enclaves socioespaciais, aumentando sobremaneira as disparidades regionais.

(iii) Em nenhuma dessas formulações se deu papel decisivo à lógica territorial atribuída por diferentes atores de ordem econômica, uma vez que o espaço era analisado de forma planificada (enquanto planície isotrópica), desconsiderando ações à distância, redes institucionais e redes tecnológicas que constituem fatores decisivos em quaisquer explicações de base espacial.

2. A Emergência das Redes nas Formulações Teóricas do Desenvolvimento Regional.

A partir da década de 70 verificaram-se significativas mudanças nas relações entre indivíduos, grupos, instituições e também das formas de compreensão espacial. Este processo

se deve, em grande parte, às alterações ocorridas nas condições materiais da produção e distribuição de bens e serviços em função da aplicação da microeletrônica e do processamento digital de informações nas diversas esferas de produção e gestão, permitindo a coordenação, em tempo real, de atividades desenvolvidas em localizações as mais diversas, que podem ser integradas rapidamente pela padronização e aceleração dos deslocamentos espaciais através das redes de transportes. Segundo Egler (2006, p. 3) “as novas estruturas espaciais que estão se conformando nesse contexto caracterizam-se por alterações significativas na divisão territorial do trabalho entre as cidades que formam os sistemas urbanos nacionais”. Nesse contexto, as antigas indústrias fordistas com base locacional rígida perdem a sua importância diante de novos sistemas de gerenciamento, coordenação de atividades e crescentes inovações tecnológicas.

Não se pode mais lidar com esse novo ambiente econômico por intermédio das teorias de localização evidentes no final do último milênio. A teoria dos lugares centrais, tão contundente em décadas precedentes, é esfacelada diante das complexas relações espaço-tempo proeminentes a partir dos avanços no setor de transporte e telecomunicações. Do mesmo modo, a teoria dos pólos de crescimento, embora ainda persistente, ganha novos contornos e novas definições que não dependem mais de uma concentração industrial rígida enquanto fator para difusão de inovações. Sobre os novos aspectos da distribuição espacial dos centros urbanos, Egler (Ibidem, p. 4) afirma que:

Neste ponto, assume especial importância a dimensão da conectividade entre as cidades, que não depende mais da distância física entre elas, mas sim de uma estrutura de fluxos mais ou menos estáveis, mantidos por agentes públicos e privados, que refletem – não apenas as características do passado, mas também as novas formas de inserção no mercado mundial. Estes fluxos são proporcionais à rede de influência que as cidades exercem sobre o seu espaço imediato e pelo que deles recebem, que passa a ser um elemento de posicionamento da cidade na estrutura urbana.

Os fluxos de bens e serviços não precisam mais subir e descer às escalas da hierarquia urbana, uma vez que os sistemas comerciais estão integrados e informatizados através de modernas redes de comunicação. É possível manter negociações empresariais diretas entre um pequeno comércio na região Norte do Brasil, por exemplo, e grandes empresas produtoras ou distribuidoras de bens em Belo Horizonte ou na grande São Paulo apenas por intermédio de centrais de atendimento *online*. A modernização e ampliação dos sistemas de pronta-entrega facilitam as negociações, já que o aumento do número de empresas que prestam serviços de transporte expresso possibilita uma maior competição e, por

consequência, a diminuição progressiva do custo final dos produtos transportados. Assim, a otimização dos custos na oferta de bens e serviços por parte de determinadas empresas é cada vez menos relativa à distância e mais diretamente relacionada às estratégias viabilizadas por estas empresas na formulação de sua rede econômica e institucional.

Dentre os fatores que possibilitam a emergência desses novos campos de ação está a privatização do território, que implica em novos instrumentos de desregulação por parte do Estado. Sobre esse aspecto, segundo Santos (1996, p. 219) a “desregulação, ao contrário do imaginário, não implica suprimir as normas, mas multiplicá-las”, ou seja, construir condições necessárias para o estabelecimento perfeito da fluidez de modo a prover aos novos sistemas de ações um funcionamento mais preciso, cuja eficácia exige, além de uma vigilância contínua e instantânea, uma legislação com expressão mundial. Vieira e Vieira (2003), em seus estudos sobre as mudanças operadas a partir da redefinição institucional no Porto de Rio Grande (RS), insistem que o tipo de organização que se impôs pela metodologia da privatização é fundamentado na parceria, uma vez que a privatização se dá muitas vezes “na operacionalização produtiva e na concessão de serviços com participação pública direta ou indireta do poder público sob a forma de ativos financeiros ou de controle por agências reguladoras” (p. 85).

A atualidade, identificada como era do conhecimento e da crescente integração em redes, faz ressurgir a região como locus da organização produtiva e da inovação, onde o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional, do aprendizado se dão de forma coletiva (KEABLE et al 1998). Segundo Amaral Filho (2001, p. 262)

o que tem sido observado, desde o fim da década de 1980, é que, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Isso mostra que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial.

Algumas formulações teóricas têm tentado visualizar este aspecto, a exemplo da teoria dos “distritos industriais” e dos “ambientes inovadores”. A primeira se explica a partir da definição dos sistemas produtivos locais, “caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um bem homogêneo” (CAVALCANTE, 2003, p. 19), de tal forma que no lugar de estruturas verticais tem-se um tecido de relações horizontais, no qual se processam a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos mediante a combinação entre concorrência e

cooperação. A segunda, preocupa-se com as externalidade de natureza tecnológica decorrente dos vínculos de cooperação e interdependência entre as empresas através da formação de redes de inovação. Pela primeira vez se discute com maior propriedade as ações coletivas dos atores ligados a uma rede de cooperação local, realizando informalmente as atividades de pesquisa, transmissão, seleção, codificação e controle da informação. Mais recentemente, a chamada “economia da proximidade” critica a concepção econômica meramente funcional do espaço enquanto dimensão passiva sobre a qual se desenvolvem o jogo de atores. Compartilhando essa visão, Pecqueur e Zimmermann (2005, p. 96) afirmam que “as observações empíricas e a reflexão teórica sobre as noções de proximidade podem desembocar numa concepção renovada do espaço econômico que não é mais o suporte da função, mas que se forma e se deforma sob a ação das estratégias dos atores”. Em Geografia, esta visão se aproxima do conceito de território desenvolvido por Raffestin, o qual define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao espaço (absoluto), mas um espaço especificamente construído pelo ator (relacional), que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados. Dessa forma, poderemos perfeitamente conceber tais redes enquanto “redes territoriais”.

As formulações de desenvolvimento regional com base no ator têm tentado visualizar a possibilidades de um desenvolvimento endógeno, onde possa ser verificado, segundo Becattine (1992) “uma entidade socioterritorial, caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e dentro de um espaço geográfico dado”, formando uma verdadeira osmose entre comunidade local e empresa. Segundo Pires (2001) este modelo tem se mostrado mais adequado à realidade da região em desenvolvimento, pois não é intensivo em capital e não pressupõe grandes investimentos estatais em infra-estrutura, sendo, ao mesmo tempo, socialmente mais justo (distribuição de renda e de emprego) e competitivamente mais adequado. Contudo, as ações locais jamais podem prescindir de conexões mais amplas, de redes de atores inseridas num nível mais complexo de conexões. Assim, nenhum modelo de desenvolvimento será absolutamente endógeno ou exógeno, daí a importância em se utilizar a rede enquanto instrumento essencial no sentido de se produzir novas concepções de desenvolvimento regional que possam abarcar fenômenos de ordem global e local como absolutamente intrínsecos à totalidade socioespacial.

Considerando que, na economia contemporânea, a competitividade ultrapassa a simples esfera de uma única empresa ou de um ambiente localizado percorrendo diferentes níveis de organização e agentes econômicos, a rede acaba se tornando um importante viés de explicação dessa complexidade. Muitos autores chegam inclusive a propor um novo paradigma, a exemplo de Castells (1996) em *“The rise of network society”* onde afirma que a rede é a nova topologia de organização da sociedade. Segundo Conti (2005, p. 233) o desenho da rede em pontos nodais e seguimentos interligados “rompe com a idéia de continuidade espacial dos fenômenos e da existência de uma única ordem que regula a organização do espaço econômico”. Dessa forma, a rede acaba representando uma complexidade formada pela soma de diferentes sistemas no espaço econômico, tendo a capacidade de explicar as mais amplas interações sociais entre os atores de uma forma nunca antes visualizada em formulações teóricas precedentes.

Local e global passam a ser entendidos, nessa concepção, como níveis inseparáveis de um único processo de territorialização, de modo que as categorias “centro” e “periferia” perdem sua importância na dinâmica econômica dando lugar às formas de explicação que buscam inserir níveis variados de conexões sociais. Os níveis “global” e “local” não podem ser desarticulados porque o sistema desenvolve-se por meio de uma dinâmica relacional que envolve múltiplos atores que agem tanto coletiva quanto individualmente. “Isso vale dizer que um ator local interage globalmente na medida em que constitui uma expressão de um todo de relações territorializadas que envolvem muitos atores” (CONTI, 2005, p. 225).

Trata-se, mais especificamente, de verdadeiros territórios-rede traçados em diferentes escalas e interagindo nos mais variados níveis de ação. Segundo o geógrafo Rogério Haesbaert, os limites dos territórios-rede não estão restritos a “fronteiras” bem demarcadas, “a lógica se refere mais ao controle espacial pelo controle de fluxos (‘canalizações’ ou dutos) e/ou conexões (emissores, receptores e/ou simplesmente *relais*)” (HAESBAERT, 2004, p. 307), admitindo uma maior sobreposição territorial pela partilha de múltiplos territórios em tempo real.

O controle e processamento de informações, de saberes, de inovações tecnológicas têm sido realizados por intermédio de redes de atores em diferentes níveis escalares, formando verdadeiros “circuitos espaciais de poder” os quais, segundo Lima (2005, p. 7657) constituem “um arranjo definido pelos caminhos percorridos por ordens e decisões decorrentes de políticas de escala. É, portanto, um arranjo inscrito no domínio de uma dinâmica político-geográfica específica, animada e estruturada”.

As dimensões econômica e política do espaço jamais podem ser dissociadas sob pena de se perder a estrutura analítica das redes produtivas. Como antes explicitado, a otimização das atividades empresariais é progressivamente relacionada à própria capacidade de gerenciamento dessas empresas na formação de suas redes institucionais. Da mesma forma, as políticas de desenvolvimento regional estão cada vez mais atentas a estes aspectos, a despeito do apóio aos chamados “arranjos produtivos locais”. No caso do Brasil, segundo Santos e Guarneri (2000, p. 198)

várias ações vêm sendo desenvolvidas nos estados no sentido de identificar, diagnosticar e promover os arranjos produtivos. São encontradas empresas diferenciadas em termos gerenciais, de porte, tecnologia, fontes de aprendizado etc. De forma diversa, elas precisam evoluir para agregar maior valor aos produtos, introduzir técnicas de produção mais produtivas, qualificar pessoal em todos os níveis e estabelecer associações e redes de cooperação.

Sabe-se, contudo, que os arranjos produtivos não perderam as características fundamentais das teorias clássicas de desenvolvimento baseadas na aglomeração. A idéia de “empresa motriz” dos pólos de crescimento é tão somente substituída por “empresa âncora”. A grande diferença está no fato de que o desempenho desta empresa estará fortemente vinculado ao fortalecimento da rede local, diminuindo a verticalização e reduzindo a formação de enclaves socioeconômicos, uma vez que as estratégias e as técnicas de organização da produção e de gestão dessa empresa-âncora “determinam as necessidades de capacitação e os padrões de produtividade do conjunto, sendo por isso o motor de determinado arranjo” (Ibidem, p. 197). Dessa forma, o desenvolvimento não será consequência do fortalecimento de determinada unidade produtiva, conforme se previa na solução de Perroux, mas será absolutamente correspondente à rede de atores (fornecedores, clientes e prestadores de serviços, etc.) tecida em determinado espaço geográfico.

A interface entre o estudo das redes e as teorias de desenvolvimento regional não é verificada somente através de redes sociais de atores tecidas localmente. A idéia da rede é inserida justamente para justificar formas de explicação de fogem das “tradicionais” economias de aglomeração. Moreira (2001, p. 2) explica que a ordem da rede “surge como a forma nova e positiva de organização geográfica das sociedades como desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que ela é a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado”. Cada vez mais se fazem evidentes formas de organização induzidas à distância em unidades produtivas que se comunicam continuamente, de forma que se torna impraticável falar de regiões enquanto categorias que exprimem lógicas

fechadas em determinado arranjo produtivo, sendo bem mais concreto se trabalhar a partir da terminologia das “redes-região”. Talvez seja esse o princípio que norteará muitas das formulações teóricas sobre o desenvolvimento regional a partir de então.

Considerações Finais

As teorias clássicas de localização baseadas na distância (“Estado Isolado” de von Thünen; “localização Industrial” de Weber; “Lugares Centrais” de Christaller; “Pólos de Desenvolvimento” de Perroux) não são mais apropriados para explicar os fenômenos espaciais baseados em novas dinâmicas espaço-tempo proeminentes na transição do milênio. O desenvolvimento acelerado dos transportes e das telecomunicações, notadamente a partir década de 90, possibilitou novas e múltiplas relações capazes de comprimir o espaço e aproximar às relações entre pessoas, grupos, empresas e instituições governamentais, de tal forma que se tornaram necessárias novas formulações teóricas com intuito de explicar e propor alternativas de desenvolvimento regional (ou territorial) com base em sistemas de relações mais amplos.

Nesse contexto, as redes passaram a ser utilizadas em muitas dessas formulações enquanto componente explicativo essencial, uma vez que representam um sistema formado por pontos nodais interconectados entre si, correspondendo ao conjunto de relações presentes na sociedade especialmente nas últimas décadas. A Economia Espacial e a Geografia Econômica tentam acompanhar essas mudanças diversificando e adaptando antigos modelos teóricos e produzindo novos conceitos. A teoria dos “distritos industriais” e dos “ambientes inovadores”, embora baseadas nos mesmos princípios de aglomeração das décadas precedentes, consideram a importância em se analisar a rede de atores sociais envolvidos em arranjos produtivos localizados, formando uma espécie de tessitura territorial cujos níveis de organização abrangem relações mais complexas.

É cada vez mais evidente a necessidade em se fundir os conceitos de “redes geográficas” (não apenas a rede técnica, mas a rede de atores sociais que conformam estratégias no espaço), “redes territoriais” (redes políticas, incluindo esferas de governo, capazes de formar circuitos “espaciais de poder”), e “redes econômicas ou institucionais” (redes empresariais, redes de gerenciamento). Com esse apanhado será possível visualizar

muitos dos aspectos da economia espacial evidentes nas últimas décadas, que se caracterizam através da formulação de grandes alianças cooperativas quando o objetivo é a otimização de determinada atividade econômica. Contudo, não se deve perder de vista que as alianças estratégicas entre os atores sociais também visam interesses competitivos e excludentes, gerando grandes “interstícios de exclusão” em meio a essas redes.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. A **endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. IPEA – Planejamento e políticas públicas, 2001, n° 23, pp. 261-286.

BECATTINI, G. Le district marchallien: une notion sócio-economique. In : BENKO, G ; LIPIETZ A. **Les regions quis gagnent**. Paris, Press Universitaires de France, 1992.

CASTELLS, M. **The rise of the networks society**. Malden, Mass, Oxford. UK: Blackwell Publ., Reimpressão 1997 como primeiro volume de sua obra maior sobre a “era da informação” (the information age. Economy, society and culture).

CAVALCANTE, R. R. M. T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. NPGA/UFBA, 2003.

CHRISTALLER, W. **Die zentrala Orte in Süddeutschland**. Jena, gustav Fischer, 1933.

CONTI, S. **Espaço Global versus espaço local. Perspectivas sistêmicas do desenvolvimento local**. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B (Orgs). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 209-247.

EGLER, C. **Integração Econômica e Redes Logísticas no Cone Sul**. UFRJ, (online), 2006.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil: In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia, Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.207-238

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KEEBLE, D. et al. Collective learning processes and inter-firm networking in innovative high-technology regions. **Working Paper Series**, Cambridge, ESRC Centre for Business Research, University of Cambridge, WP 86, march, 1998.

LIMA, I. G. **A configuração de circuitos espaciais de poder na Amazônia**. Anais do X encontro de geógrafos da América Latina. USP, 2005.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

- MENEGHETTI NETO, A. **Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências - o caso da Rede Mercocidades**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005.
- MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo**. AGB, 2001.
- PECQUEUR, B E ZIMMERMANN, J. B. **Fundamentos de uma economia de proximidade**. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B (Orgs). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PERROUX, François. **La notion de pôle de croissance**. Économie Appliquée, 1955.
- PIRES, M. S. **construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do mercoeste**. UFSC: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2001. (tese de doutorado).
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, A. M. M e GUARNERI, L. S. G. **Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-204, set. 2000.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In:_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento regional**. São Paulo, Abril Cultural, 1968 (original de 1911).
- VIEIRA, A. F e VIEIRA, M.M.F. **Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.